

A APARENTE RESPONSABILIDADE DO VESTIBULAR NA ELITIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA - UMA ANÁLISE DOS DADOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - VUNESP/1993

CÁSSIO MIRANDA DOS SANTOS*

O VESTIBULAR ELITIZA A UNIVERSIDADE?

O vestibular tem sido objeto de diversos estudos em razão de sua importância na vida escolar dos jovens brasileiros que aspiram ao ensino superior. Construiu-se um mito a seu respeito, reforçado pelos colégios e cursinhos (cuja existência está diretamente ligada ao alto grau de seletividade dos concursos), tornando a passagem do ensino secundário para o superior uma experiência difícil e muitas vezes traumática para os candidatos e suas famílias. A sua importância na cultura escolar brasileira é indiscutível. No dicionário "Aurélio", a palavra vestibular é acompanhada por uma descrição bem específica, relacionando-a à admissão dos candidatos ao primeiro ciclo do curso superior. A origem do termo está associada ao conceito de *vestíbulo*:

* Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (FAFI - BH), Minas Gerais.

“o espaço entre a rua e a entrada de um edifício” (Ferreira, 1976: 1456). Maria Ciavatta Franco, referindo-se a uma figura do século XIX, relaciona a idéia de vestíbulo ao espaço que ficava entre a porta de entrada e a escadaria interior de uma casa. A menção à escadaria traz a idéia de acesso a um nível superior, confere uma conotação de entrada em um local separado, sagrado. A relação entre as partes e níveis de uma casa e este período da carreira escolar revela “o vestibular como *performance*, como *rito de passagem*, o vestibular sacralizado na cultura de sua própria simbologia. Há uma ressonância colonial nesse altar do *culto do sacrifício* dos jovens, que se relaciona com a universidade em nossa sociedade: uma instituição separada alguns degraus acima dos mortais”. (Franco, 1994: 47).

Dentre os críticos do vestibular está o professor Rubem Alves, que considera os concursos vestibulares como “uma das maiores, possivelmente a maior praga que infesta a educação brasileira” (Alves, 1995: 15). A sua discordância para com o caráter discriminatório do vestibular é apresentada de forma clara através de duas estórias: “A maratona safada” e “O sorteio”. Nesta última, é apresentada a proposta de sorteio para a seleção dos candidatos a uma vaga nas universidades como sendo a mais justa e a menos discriminatória¹. “A maratona safada” trata especificamente das alterações ocorridas nos vestibulares da Unicamp, as quais, embora tenham, segundo o autor, alterado os padrões de inteligência e os tipos de conhecimento exigidos dos candidatos, continuaram promovendo a exclusão dos mais pobres. “Aqueles que trabalham na elaboração do vestibular da Unicamp sabiam que o problema da exclusão dos alunos, filhos de famílias pobres, não seria resolvido por ele. O novo vestibular modificaria o perfil dos alunos, mas não tinha mecanismos para modificar a sua classe de origem” (Alves, 1995: 27).

Assim como Rubem Alves, diversos autores que tratam da questão do acesso ao ensino superior abordam, invariavelmente, o problema da seletividade social dos concursos vestibulares (Franco, 1987: 14; Normando, 1987: 128). Os trabalhos enfatizam, em geral, os empecilhos à plena democratização do acesso ao ensino superior,

¹ A utilização do sorteio como forma de seleção também é mencionada por outros autores, os quais a consideram como merecedora de maior atenção (Hamburger, 1970: 14; 1987: 153 e Strambi, 1987: 223).

principalmente nas universidades públicas, considerando-as elitizadas. Muitos destacam o paradoxo: “quem pode não paga, quem não pode paga”, referindo-se à grande porcentagem de alunos das classes média e alta cursando universidades públicas (gratuitas), em contraste com a predominância de alunos das camadas populares nas faculdades particulares (pagas), principalmente nos cursos noturnos. Paul Singer considera tal problema como inerente ao próprio capitalismo, mencionando que “a altura da pirâmide aumenta sem cessar, pois a estrutura social capitalista nada tem de igualitária e o papel da escola é essencialmente selecionador. Entre base e altura da pirâmide tem que haver uma tal proporção que apenas uma fração ‘adequada’ da clientela possa alcançar os estágios mais altos”(Singer, 1980: 3). Celso Kelly, no final da década de 60, apontava o problema da seletividade social dos vestibulares. Não verificava a chegada à universidade “dos mais bem dotados intelectualmente, nem dos que tenham revelado mais nítida vocação.” Defendia a tese de que “sem a sua elite intelectual, nenhuma nação progride, e não se deve confundir elite intelectual com elite social ou econômica”, enfatizando a inversão ou o desvio no critério de seleção dos candidatos ao ensino superior (Kelly, 1968: 29). Segundo o autor, não se pode condicionar o bom desempenho intelectual ao poderio econômico ou ao status social.

A predominância da elite econômica nas instituições de ensino superior também foi identificada e criticada por Otaísa Romanelli, que explicou a predominância deste grupo em razão das condições de ócio e conforto às quais tinha acesso desde cedo. “E é aqui também que se encontram as raízes da discriminação social promovida pelo sistema. Sim, porque, nesta luta pela escola, o que mais contava não era a capacidade real do estudante, mas sua origem social” (Romanelli, 1993: 104). Diversos trabalhos procuram demonstrar este perfil elitizado das instituições públicas de ensino superior, como no caso da pesquisa coordenada por Sedi Hirano sobre os alunos da USP, em meados da década de 80. “Quanto à classe social referida à família dos estudantes da Universidade de São Paulo, ela é composta majoritariamente pela classe A (47,4%), vindo depois a classe B (34,5%), perfazendo um total de 81,9%. A variável classe social, segundo os critérios mercadológicos da ABIPEME (Associação Brasileira de Pesquisa de Mercado), revela que o mercado de cultura

universitária não é tão acessível às classes C, D e E: apenas 18,1% conseguem participar dele como universitário. Pode-se concluir que a Universidade de São Paulo é uma universidade da elite intelectual, da elite econômica e das classes alta e média dos Jardins, dos bairros de classe média-alta e dos bairros vizinhos à Cidade Universitária” (Hirano et alii, 1988: 16).

AS CARREIRAS DE PRESTÍGIO

A seletividade social, um fenômeno identificado por diversos autores, também aparece ligada à escolha de determinadas carreiras por candidatos de perfis sócio-econômicos semelhantes. Na matrícula ocorre a confirmação desta seletividade social, uma vez que os alunos de maior poder aquisitivo são estatisticamente predominantes em determinados cursos, enquanto que os alunos de menor poder aquisitivo concentram-se em outros. “A cada carreira estão associados candidatos com perfis sócio-econômicos e culturais extremamente definidos. Forma-se, assim, uma escala de prestígio social das carreiras, com implicações extremamente importantes para a compreensão da estrutura político-social do país” (Ribeiro, 1987: 32).

Segundo Sérgio Ribeiro, a escolha da carreira, embora feita pelo indivíduo, segue a determinantes sócio-econômicos. Tal afirmação está em concordância com a avaliação dos dados da VUNESP/93 de Marília e Araçatuba, os quais revelaram a predominância de inscritos de famílias com maior poder aquisitivo nos cursos de Odontologia, Medicina Veterinária e Fonoaudiologia². A seletividade social dos cursos é também apontada por Frigotto, que inclui como determinados pela posição de classe dos alunos, além da distribuição interna das carreiras, também a possibilidade de acesso à universidade, o tempo de permanência e o grau de aproveitamento escolar dentro da própria universidade (Frigotto, 1984: 177). Vê-se, portanto, que a própria escolha da carreira a ser cursada no ensino superior é condicionada pelo aspecto sócio-econômico. Após o ingresso, as carreiras de “menor prestígio”, que geralmente formam os

² Pesquisa realizada sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Dagnoni Prado, com o suporte do CNPq, que resultou na dissertação de mestrado “O perfil sócioeconômico dos candidatos e dos matriculados pelos vestibulares da Unesp em 1993: o grau de elitização dos cursos de Marília e Araçatuba”, FFC, Unesp, Marília, SP, 1996.

alunos para áreas com baixas remunerações, são cursadas por pessoas oriundas de famílias com menor poder aquisitivo, intensificando-se o viés original. As carreiras de prestígio são aquelas que normalmente formam profissionais para áreas que oferecem melhores remunerações; desta forma há uma oscilação periódica entre os cursos mais procurados³. Alguns cursos, contudo, mantêm-se enquadrados nas "carreiras de prestígio" não necessariamente por um questão econômica (a remuneração), mas sim por razões de título e prestígio tradicionalmente ligados aos seus formandos, como no caso dos bacharéis em Direito. (Damasceno, 1986: 94).

Maria Célia Falcon também identificou tal seletividade social dentro da universidade comparando as rendas dos alunos de Medicina e Letras (Falcon, 1987: 211). Tal diferenciação indica uma heterogeneidade, com a preferência e ingresso dos alunos de classes com maior poder aquisitivo em determinadas carreiras (as chamadas "carreiras de prestígio") e a concentração dos alunos de baixa renda nas carreiras de menor prestígio. Em sua pesquisa, Sedi Hirano também identificou uma "estratificação interna na USP que seleciona para as escolas de mais difícil acesso, as mais procuradas, os estudantes das classes A e B, bem menos das classes C, D e E" (Hirano et alii, 1988: 81). A professora Beatriz Alvarenga, da UFMG, identificou o mesmo quadro ao afirmar que os cursos com menor demanda são exatamente aqueles escolhidos pelos candidatos de baixa renda, temerosos da concorrência pelas "carreiras de prestígio", nos cursos mais valorizados socialmente, os quais apresentam normalmente as maiores relações candidatos/vaga (Alvarenga, 1987: 180). Os jovens das camadas populares encontram extremas dificuldades para concluir o 2º grau, tendo assim condições legais de inscrição nos concursos vestibulares. Quando conseguem alcançar o ensino superior, normalmente o fazem em faculdades particulares, sendo pequeno (se pensarmos principalmente na população brasileira como um todo) o número daqueles que conseguem uma vaga em instituições públicas. Segunda Zaiá Brandão, "cabe-lhes pela 'façanha' de até aí chegar o 'prêmio' de arcar com o custo das piores escolas e

³ Tais oscilações ocorrem em consonância com as variações ocorridas no mercado de trabalho. A saturação de determinado tipo de mão-de-obra ou o surgimento de um novo campo de atuação profissional influenciam diretamente a desvalorização ou valorização de uma carreira.

dos cursos de menor prestígio” (Brandão, 1987: 173). As “carreiras de prestígio” exigem, em geral, dedicação integral de seus alunos, traduzida na freqüência a um curso que funciona em dois turnos, o que inviabiliza a matrícula de candidatos trabalhadores. Cientes desta realidade algumas instituições públicas de ensino superior criaram mecanismos para possibilitar o acesso de um maior número de candidatos aos cursos menos prestigiados. (Prado, 1990: 162).

A GRATUIDADE DO ENSINO SUPERIOR

A presença de um considerável contingente de alunos das camadas populares no ensino superior não elimina, contudo, o problema da gratuidade do curso. Muitos dos alunos das camadas populares que cursam o ensino superior o fazem em instituições particulares, isto é, pagas. Paradoxalmente, os alunos dos estratos superiores, com maior poder aquisitivo, estão em grande número (senão a maioria) nas instituições públicas, gratuitas. Sérgio Ribeiro, quando na CAPES, afirmou que, para as “carreiras de prestígio” que são oferecidas tanto em instituições públicas quanto em instituições particulares, a opção dos candidatos de classes mais abastadas é a de cursá-las nas primeiras. “Em cada carreira, os classificados para escolas públicas têm um nível de desempenho e um nível sócio-econômico acima daqueles que se classificam para escolas particulares. É difícil supor que esta divisão esteja apenas ligada à possível excelência das instituições públicas. Parece-nos que a gratuidade seja o fator predominante dessa divisão” (Ribeiro, 1987: 34).

Já na década de 50, Anísio Teixeira percebia uma forte tendência ao uso “indevido” da gratuidade do ensino superior. Identificava um costume arraigado na tradição da elite brasileira de “obter a sua educação à custa dos cofres públicos”. Notava que tal prática já atingia a classe média, que visava não somente a manutenção do *status quo* como a sua própria ascensão à condição de elite. (Werbe, 1994: 111). Diversos autores questionam o fato de que aqueles que não têm condições financeiras de arcar com os custos do ensino superior têm de fazê-lo, enquanto os que as têm, não o fazem.

O que se depreende dessa situação é que “o ensino superior gratuito estaria a serviço daqueles que, sob o prisma econômico, dele não necessitam, enquanto a população escolar economicamente carente estaria sendo alijada destas oportunidades educacionais” (Castro e Souza & Wada, 1992: 85). Propostas foram feitas para que se limitassem as vagas do ensino superior gratuito para os candidatos de classes com maior poder aquisitivo, adotando um critério social às avessas. Em 1996, o Deputado Estadual Vaz de Lima entrou com uma emenda⁴ ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de São Paulo propondo a criação de um grupo de estudo visando instituir a cobrança de mensalidades nas universidades estaduais (USP, Unesp e Unicamp). As mensalidades, segundo o projeto, incidiriam sobre “quem pode pagar” (Rosseti, 1996: 33).

A tese de exclusividade do ensino superior gratuito para os alunos considerados carentes e do pagamento dos encargos somente para os alunos com poder aquisitivo para tal, encontrou forte resistência. Carlos Bindi, diretor do colégio Etapa de São Paulo, considera muito “bem intencionada” a idéia de reservar vagas para os mais carentes, contudo, critica-a com veemência uma vez que, segundo tal política, seria oferecido ao jovem das camadas populares “um ensino que não poderia seguir, além de tirar da faculdade alguém que poderia contribuir melhor com sua formação para o país” (Bindi, 1995: 5). A crítica ao fim do ensino gratuito para aqueles que tenham condições de arcar com os custos do ensino superior baseia-se, também, na dificuldade da definição da condição de carência ou não carência de um candidato. O que caracterizaria um aluno como carente? Quais os critérios a serem adotados? Como evitar o mascaramento de dados e informações importantes para a definição dos beneficiados?

A SELETIVIDADE SÓCIO-ESCOLAR

A questão da seletividade social do vestibular está diretamente ligada à questão da seletividade escolar. O professor José Goldemberg admitiu tal discriminação, ao afirmar que os concursos vestibulares

⁴ Emenda nº 1.616 ao Projeto nº 276/96. A emenda foi retirada pelo deputado ainda em junho de 1996.

unificados "criaram uma competição democrática (igual para todos) dentro da elite escolar brasileira. Os que não fazem parte da elite, não freqüentaram colégios particulares caros, nem fizeram 'cursinhos' são eliminados por critérios que são, no fundo, econômicos" (Goldemberg, 1995a: 4). A predominância de alunos com maior poder aquisitivo nas instituições de ensino superior, principalmente nas públicas, é em grande parte consequência do processo de seleção ao qual as crianças e adolescentes foram submetidos desde sua entrada na escola. Segundo Zaia Brandão, para se mudar "o caráter de seletividade social do vestibular é necessário que se mude, antes de mais nada, o modelo de escola que atende preferencialmente as camadas populares" (Brandão, 1987: 175).

A seleção dos jovens de famílias com maior poder aquisitivo para ingressarem nas universidades públicas se dá ao longo de todo período de escolarização anterior ao concurso vestibular. Segundo Sérgio Ribeiro, do total de crianças que ingressam na escola "apenas 6% concluem o 1º grau; terminam o 2º grau cerca de 10% e entre 5 e 6% adquirem os pré-requisitos para candidatar-se ao vestibular" (Ribeiro, 1987: 32). Levando-se em conta o fato de que tal processo de filtragem se dá em forma de funil, é possível afirmar que a grande maioria daqueles que ingressam no ensino fundamental não chega a sequer poder se submeter a um concurso vestibular. Importante, contudo, é a identificação destes ex-alunos, que se evadem do sistema escolar entre o primeiro e o último ano da escolaridade de 1º grau e 2º grau. (Damasceno, 1987: 91).

Diversos autores concordam com o diagnóstico de que a seletividade escolar está associada à questão sócio-econômica (Hamburger, 1987: 155; Cortella, 1987: 162). Entendem que as universidades públicas se beneficiam ao selecionarem para os seus cursos aqueles que tiveram as melhores condições de escolaridade de 1º e 2º graus por estudarem em colégios particulares e freqüentarem bons cursinhos pré-vestibulares. "Estes seriam provavelmente provenientes do estrato social mais elevado e teriam sido selecionados de uma forma quase natural, ao longo de sua trajetória escolar, para comporem a elite que consegue galgar o vértice da pirâmide escolar" (Castro & Ribeiro, 1979: 10). O fracasso escolar das camadas populares é construído desde a base até o topo da pirâmide de

escolarização. Do grande contingente de crianças de baixa renda que entram na escola, só um pequeno e pouco representativo grupo consegue concluir o 2º grau e ingressar em uma universidade pública.

Na realidade, o concurso vestibular não é o principal responsável pelo alijamento dos jovens de menor renda da universidade pois simplesmente utiliza "o mesmo filtro da nossa velha escola: seleciona os já selecionados socialmente durante a trajetória escolar" (Brandão, 1987: 172). O vestibular recebe esta grande parcela de "culpa" por consistir em um momento singular na carreira escolar daqueles que aspiram chegar ao ensino superior. A principal questão é que "seu caráter episódico confere-lhe a função de lente de aumento, permitindo a toda a sociedade a visão ampliada dessa problemática" (Jardim, 1987: 215). Ao vestibular "não pode ser atribuída a missão impossível de compensar as diversidades de fortuna e oportunidades às quais os candidatos estiveram expostos desde o nascimento." (Ribeiro Neto, 1987:27). O fenômeno da evasão escolar se dá desde as primeiras séries do 1º grau, se estendendo até as últimas séries do 2º grau. As crianças e adolescentes que deixam os estudos são provenientes, em sua maioria esmagadora, das camadas populares. "O dramático da história da educação no Brasil não é apenas não ter um projeto de país garantindo, efetivamente, o direito à educação básica, fundamental e média. É colocar na seleção a responsabilidade de uma elitização que ocorre, prioritariamente, no âmbito da sociedade desigual que somos. O que significa apelar para uma solução que não pode existir, porque o problema é anterior" (Franco, 1994: 70).

Segundo Sérgio Costa Ribeiro, a seleção dos melhores não se limita ao período em que se dá a entrada na universidade. Ultrapassa os limites do momento do ingresso no ensino superior, remontando ao passado, na eliminação por antecipação que ocorreu na escola de 1º e 2º graus (Ribeiro, 1987: 29). Neste mesmo sentido caminha Maria Nobre Damasceno ao afirmar que, através de uma análise dos dados de matrícula e evasão nos diversos níveis de ensino no Brasil, é possível observar que as matrículas no 1º grau são cerca de dez vezes maiores que as matrículas no 2º grau, o que indica um claro processo seletivo. Entre o 2º grau e o ensino superior a seleção continua, porém em escala bem inferior, já que cerca de 50% daqueles que se matriculam

no 2º grau conseguem se matricular em uma instituição de ensino superior (Damasceno, 1986: 91).

Uma mera alteração na sistemática do Vestibular será inócua em termos de alteração no perfil sócio-econômico dos ingressantes nas universidades públicas. As mudanças ocorridas ao longo dos anos nos tipos de provas (como a inclusão da redação e o aumento do número de questões dissertativas) não implicaram em alteração significativa desse perfil (Vianna, 1987: 136; Ribeiro Neto, 1987: 23; Alves, 1995: 27). Não entendemos que as questões que compõem as provas dos vestibulares já tenham atingido um nível tal de excelência que não necessitem de modificações e aperfeiçoamentos; entendemos que tais alterações não são suficientes para promoverem uma mudança no perfil sócio-econômico dos ingressantes no ensino superior.

Os critérios adotados na formulação das provas dos vestibulares têm girado em torno da valorização da capacidade e potencial cognitivo dos candidatos, do domínio ou conhecimento de determinada gama de conteúdos. É uma forma de priorizar a seleção qualitativa em termos de conhecimento: entram na universidade aqueles que demonstram, através de suas respostas às questões das provas, terem um maior conhecimento dos assuntos abordados. Afirmar que tais provas são mais fáceis para aqueles que têm melhor condição financeira e propor a elaboração de outros tipos de questões que propiciem o acesso de candidatos com perfis sócio-econômicos mais "populares" é não admitir a existência de duas grandes defasagens no sistema de ensino brasileiro: uma defasagem quantitativa e outra qualitativa. A defasagem quantitativa se dá uma vez que, proporcionalmente, é pouco significativo o número de candidatos ao ensino superior vindos das camadas populares; tal desproporção tende a manter-se quando deixamos de considerar os candidatos e nos voltamos para os ingressantes na universidade. A defasagem qualitativa se explica pelo fato de os candidatos ao ensino superior provenientes das camadas populares terem, geralmente, uma formação escolar menos qualificada que os candidatos oriundos de famílias de maior poder aquisitivo. Por razões salariais, os melhores professores primários e secundários tendem a migrar para os bons colégios particulares, que são praticamente inacessíveis (devido ao alto custo das mensalidades) às crianças e adolescentes das camadas

populares. Além de um melhor corpo docente, tais colégios contam com uma melhor infra-estrutura e têm o vestibular como principal objetivo para os seus alunos, razão pela qual estão em constante sintonia com as alterações ocorridas na sistemática das provas, podendo assim fornecer um preparo mais adequado. A diferença qualitativa entre as escolas, principalmente de segundo grau, acaba por influenciar diretamente o resultado dos vestibulares em favor dos jovens com maior poder aquisitivo, a clientela dos bons colégios particulares.²

A SELETIVIDADE SÓCIO-ECONÔMICA NOS VESTIBULARES DA UNESP/93

A **Folha de São Paulo**, ao defender o fim da gratuidade do ensino público superior, fornece um dado que coloca em cheque o alto grau de elitização atribuído à Unesp enquanto universidade pública: “Nas três universidades estaduais paulistas o percentual de alunos que vêm de escolas privadas e, em tese, teriam condições de pagar pela universidade, varia de 70% (USP) a 50% (Unesp)” (Folha, 5/5/96 : 12). Se 50% dos alunos vêm de escolas públicas e, seguindo o mesmo raciocínio, não têm condições de pagar pelo ensino superior, não seria correto considerar a Unesp elitizada. Jaime Pinsky, em artigo publicado no jornal **O Estado de São Paulo**, reforça esta tese. “Uma rápida averiguação nas assessorias de imprensa das três universidades paulistas nos fornece dados surpreendentes. Cerca de 27% de vestibulandos aprovados em 95 na USP e na Unicamp e 50% na Unesp estudaram em escola pública! Os dados são significativos para mostrar que as universidades estaduais não são, como muitos imaginam, escolas de “filhinhos de papai”, que lotam os pátios de estacionamento com carros de último tipo e exigem o sacrifício de toda a população” (Pinsky, 1996).

Visando averiguar o “grau de elitização” da Unesp, coletamos informações nos questionários sócio-econômicos preenchidos pelos

² Salvo as exceções de determinadas escolas estaduais e de grande parte das escolas técnicas federais que têm oferecido um ensino de excelente qualidade e propiciado a diversos de seus ex-alunos a possibilidade de aprovação nos vestibulares mais concorridos do país.

candidatos quando da inscrição para o vestibular de 1993 (VUNESP⁶). As perguntas tratavam de diversos aspectos da vida do candidato⁷ e para efeito da pesquisa selecionamos aquelas informações que nos permitiriam obter os traços mais marcantes do perfil sócio-econômico dos inscritos e dos matriculados. O levantamento dos dados gerais revelou um relativamente baixo grau de elitização da Unesp, provocado pelo grande número de cursos na área de ciências humanas⁸, os quais apresentam um perfil mais “popular”.

Ao analisar os dados referentes ao concurso vestibular de 1985 organizado também pela VUNESP, Dulce Whitaker observou “aspectos democratizantes” naquele concurso vestibular. Segundo a autora, os dados encontrados revelam o perigo das conclusões precipitadas e generalizações em torno da clientela da universidade pública. “Evidenciou-se um quadro que contraria crenças a respeito de caráter elitizante do ensino superior público (...) Os candidatos ao vestibular VUNESP não são, portanto, assim tão privilegiados com supõe a Teoria Educacional que aponta apenas para o caráter elitizante do sistema escolar. A análise mostrou que até entram trabalhadores na UNESP” (Whitaker, 1989: 53,92). Tal interpretação está em concordância com o pensamento de Maria Werebe quando, tratando da gratuidade da universidade pública, afirma que “não se pode negar também que ela abre as portas desse ensino a um grande número de jovens que não poderiam pagá-lo” (Werebe, 1994: 112). Na pesquisa realizada abordando o perfil sócio-econômico dos inscritos e dos matriculados pela VUNESP/93 observamos, de forma geral, a predominância de ingressantes que não podiam ser considerados como pertencentes à elite. 47% dos inscritos e 56% dos matriculados eram procedentes de famílias com renda mensal de, no máximo, 10 salários mínimos. Tal “tendência deselitizante” ficou ainda mais caracterizada na análise área por área, visto que em todas as áreas as maiores porcentagens de inscritos por faixa encontrava-se entre 5 e 10 salários mínimos (29% em Biológicas, 33% em Exatas e 31% em Humanidades).

⁶ Fundação para o vestibular da Universidade Estadual Paulista.

⁷ Modelo do questionário nos Anexos

⁸ A Unesp ofereceu em 1993 um total de 4.276 vagas, sendo que 1.921, isto é, 44,9%, correspondiam à área de humanidades (com um total de 56 cursos). Em contrapartida, de um total de 54.637 inscrições, apenas 15.461, isto é, 28,2%, visavam os cursos de humanidades. (Relatório Vunesp/93: 4)

A maior parte dos inscritos no vestibular da Unesp em 1993 tinha cursado o 2º grau em escola particular.

TABELA 1

VUNESP - GERAL - 1993 - ORIGEM ESCOLAR

<i>2º GRAU</i>	INSC. %	MAT. %
TODO ESC. PÚBL.	38	43
TODO ESC. PART.	47	43
PRINC. ESC. PÚBL.	7	7
PRINC. ESC. PART.	7	6
NÃO RESPONDEU	1	1
TOTAL	100	100

Fonte: Questionário Sócio-econômico - VUNESP- 1993

Percebemos que o percentual de ex-alunos de escolas públicas aumentou de 45% (38 + 7) para 50%, enquanto que os ex-alunos de estabelecimentos particulares caiu de 54% (47 + 7) para 49%. O melhor desempenho dos ex-alunos da rede pública altera um pouco a visão de que o ensino público de 2º grau não prepara os alunos adequadamente para o vestibular. Tal afirmação, contudo, pode ser alterada se considerarmos que uma grande parte destes alunos não se limitou ao ensino das escolas, freqüentando os *cursinhos*. Há também a escola particular noturna, de baixa qualidade, que confere o certificado de conclusão do 2º grau a jovens despreparados em termos de conteúdo. Tais dados indicam que a pretensa eficácia das escolas particulares e ineficiência das públicas mereça ser reavaliada, no que se refere ao ingresso na Unesp.

TABELA 2**VUNESP - GERAL - 1993 - RENDA FAMILIAR**

<i>RENDA FAMILIAR</i>	<i>INSC.%</i>	<i>MAT.%</i>
ATÉ 2 SALÁR. MÍNIMOS	4	6
DE 2 A 5 SALÁR.MÍN.	15	20
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	28	30
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	18	17
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	14	11
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	7	6
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	5	4
ACIMA DE 30 SAL. MÍN.	7	5
NÃO RESPONDEU	2	1
TOTAL	100	100

Fonte: Questionário sócio-econômico - VUNESP- 1993

No tocante à renda familiar os dados relativos aos inscritos na Unesp em 1993 seguiram o quadro geral da sociedade brasileira, principalmente do sudeste, indicando uma significativa parcela no setor médio -entre 10 e 30 salários mínimos (45 %), e o maior grupo com renda inferior a 10 salários mínimos (47 %). Observação importante deve ser feita na transição da inscrição para a matrícula, via vestibular, já que não se observa uma seleção dos mais ricos em detrimento das camadas populares. Ao contrário do que se tornou senso comum, a porcentagem de matriculados com renda inferior a 10 salários mínimos - população de baixa renda e a classe média baixa (56%), é maior que a porcentagem dos matriculados com renda superior a 10 salários mínimos (43%), estando aí incluídos jovens da classe média e classe alta. Além disso, a porcentagem de inscritos/matriculados com renda inferior a 10 salários cresceu

consideravelmente (até 5 salários aumentou de 19% para 25%; entre 5 e 10 salários aumentou de 28% para 31%). Por outro lado, a porcentagem dos inscritos/matriculados com renda superior diminuiu em todas as faixas. Segundo os dados do vestibular de 1993, há uma indicação de que o índice de matrículas decresceu, proporcionalmente, à medida que aumentava a renda dos candidatos inscritos. Tais dados não confirmam a tese de que a universidade pública é privilégio das elites, muito embora o processo de marginalização das camadas populares em relação à escola, venha ocorrendo desde o ensino fundamental, se afunilando até o momento do concurso vestibular. Desta forma pode-se afirmar que, no caso da Unesp, dentre os candidatos inscritos no concurso vestibular, não há necessariamente uma supremacia daqueles com melhores condições financeiras na passagem pelo vestibular até a efetivação da matrícula.

TABELA 3
MATRÍCULAS POR ÁREAS - VUNESP - 1993 -
ORIGEM ESCOLAR

<i>2º GRAU</i>	BIOL.%	EXAT.%	HUM.%
TODO ESC.PÚBL.	28	40	56
TODO ESC. PART.	58	47	30
MAIOR PAR. E. PÚB.	6	5	8
MAIOR PAR. E. PART	7	7	6
NÃO RESP.	1	1	1
TOTAL	100	100	100

Fonte: Questionário sócio-econômico - VUNESP- 1993

A comparação entre os dados das três áreas revela aspectos importantes. A grande maioria dos matriculados em biológicas fizeram o 2º grau em escolas particulares, mesmo que parcialmente (65%). Tal situação explica-se pelo "preparo específico para o vestibular" oferecido por várias escolas particulares, as quais, em muitos casos, montam turmas exclusivas para os candidatos aos cursos de

grande parte dos educadores) não se sentiram tão impelidos quanto os demais a frequentar um cursinho.

A parcela de matriculados em biológicas com renda inferior a 2 salários foi a menor (somente 3%), o mesmo ocorrendo com os matriculados com renda familiar entre 2 e 5 mínimos (12%); tal quadro caracteriza os cursos de biológicas como os mais "elitizados" da Unesp. Os matriculados nos cursos de exatas vieram de famílias com renda entre 5 e 20 salários mínimos (64%), enquanto há uma porcentagem significativa de matriculados cujas famílias tinham renda inferior a 5 salários mínimos (22%). Os cursos de humanidades foram os que apresentam maior porcentagem de matriculados das classes mais baixas na Unesp. Mais que um terço dos matriculados vieram de famílias com renda inferior a 5 salários mínimos (34%) e outra parcela significativa (31%) vem de famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos. Tais dados indicam que os cursos de humanidades são os mais "populares" da universidade. Consideramos de extrema relevância a ocorrência da maior porcentagem de matriculados, em todas as áreas, na faixa de renda entre 5 e 10 salários mínimos (29% em biológicas, 33% em exatas e 31% em humanidades). Tal dado é muito significativo por indicar que na Unesp, mesmo na área mais "elitizada" (biológicas) é marcante a presença de matriculados com modestas rendas familiares.

TABELA 5

MATRÍCULAS POR ÁREAS - VUNESP - 1993 - RENDA FAMILIAR

<i>RENDA FAMILIAR</i>	BIOL.%	EXAT.%	HUM.%
ATÉ 2 SAL. MÍN.	3	5	8
DE 2 A 5 SAL. MÍN.	12	17	26
DE 5 A 10 SAL. MÍN.	29	33	31
DE 10 A 15 SAL. MÍN.	19	18	15
DE 15 A 20 SAL. MÍN.	14	12	9
DE 20 A 25 SAL. MÍN.	8	6	4
DE 25 A 30 SAL. MÍN.	6	4	3
ACIMA DE 30 S. MÍN.	8	4	3
NÃO RESPOND.	2	1	1
TOTAL	100	100	100

Fonte: Questionário sócio-econômico - VUNESP - 1993

COMPARAÇÃO ENTRE OS MATRICULADOS NOS CURSOS DA UNESP/93 DE MARÍLIA E ARAÇATUBA

Não obstante a elitização das universidades públicas ter se tornado um diagnóstico de consenso, a nossa posição a este respeito era discordante. A impressão que tínhamos de determinados campus da Unesp, levava-nos a um diagnóstico diferenciado. Assim como existem indicadores que podem sugerir a *elitização* há, em contrapartida, alguns indicadores que podem sugerir a *não-elitização*, a composição "mais popular" de determinado grupo. No nosso caso, percebemos alguns destes indicadores principalmente entre os estudantes do campus de Marília. O grande número de alunos que faziam uso do transporte coletivo para irem e virem até o campus, o empréstimo freqüente de livros junto à biblioteca¹⁰, a presença constante no setor de reprografia (formando as filas para "tirar xerox") eram alguns dos indicadores de que grande parte dos alunos daquele campus não pertenciam ao que se convencionou chamar de elite. Percebíamos também diferenças aparentes entre os alunos do Campus de Marília e os alunos do Campus de Araçatuba. A impressão que tínhamos era que os alunos de Araçatuba eram originários de famílias com maior poder aquisitivo que os alunos de Marília. Em outras palavras, os alunos do Campus de Araçatuba tinham um perfil de elite e os alunos do Campus de Marília um perfil mais popular.

A escolha do Campus de Marília como objeto de nossa pesquisa deveu-se, além da razão acima mencionada, aos resultados de um estudo feito anteriormente sobre os cursos que ali funcionavam. Em 1986 e 1987, as professoras Yolanda de Castro e Cecília Yuko detectaram a predominância de jovens provenientes das classes C, D e E (utilizando o critério da ABA-ABIPEME¹¹ de classificação) dentre os aprovados na VUNESP para os cursos do Campus de Marília. Tal resultado contrariava, pelo menos no que se refere aos cursos e turmas investigados, a imagem de que a universidade pública é monopólio das classes média alta e alta, capazes de manterem os filhos nos principais colégios particulares de 2º grau ou nos chamados "cursinhos"

¹⁰ O que indica a falta de um acervo bibliográfico pessoal.

¹¹ Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado.

(declaradamente voltados ao preparo dos jovens para o concurso vestibular). O Campus de Marília contava, na época dessa pesquisa, com cursos na área de humanidades (Pedagogia, Biblioteconomia, Filosofia e Ciências Sociais), o que permitiu às autoras identificarem a realidade desse segmento dos matriculados. Após a realização da referida pesquisa foi iniciado em Marília um curso de Fonoaudiologia, da área de ciências biológicas. Para um melhor entendimento da questão, consideramos importante estender nossa investigação aos alunos deste novo curso, a fim de observar se os mesmos mantinham o perfil sócio-econômico verificado anteriormente. No tocante ao Campus de Araçatuba, a pesquisa justificava-se tanto pela inexistência de trabalhos que tratassem do perfil dos ingressantes em seus cursos como pelo fato desses cursos pertencerem à área de ciências biológicas, permitindo uma comparação com o novo curso de Marília.

Os inscritos e matriculados para os cursos de ciências biológicas, tanto de Araçatuba quanto Marília, cursaram, em sua grande maioria, o 2º grau em escolas particulares: Odontologia (74+5=79%), Medicina Veterinária (67+10=77%) e Fonoaudiologia (57+14=71%). Levando-se em conta o custo dos cursos em colégios particulares, os dados indicam o predomínio de matriculados com melhores condições financeiras nos cursos da área de ciências biológicas. Importante destacar o predomínio de ex-alunos de escolas particulares não somente na matrícula, como também na inscrição, o que indica uma demanda específica para os cursos desta área. Na transição da inscrição para a matrícula ficou patente o melhor desempenho dos ex-alunos de escolas particulares. Para Medicina Veterinária houve um crescimento de 20% (de 57% para 77%), Odontologia de 16% (de 63% para 79%) e Fonoaudiologia de 17% (de 54% para 71%).

Os dados referentes aos cursos de humanidades de Marília revelaram um quadro totalmente diferente do quadro dos cursos de biológicas. Na área de humanidades o predomínio foi, tanto na inscrição, quanto na matrícula, de ex-alunos de escolas públicas. As principais alterações entre as porcentagens de inscritos e matriculados se deram no curso de Filosofia, onde houve um aumento de 11% (de 59% para 70%) daqueles que cursaram todo o 2º grau em escolas públicas, e no curso de Biblioteconomia, onde o número daqueles que

cursaram todo o 2º grau em escolas particulares aumentou em 13% (de 20% para 33%) da inscrição à matrícula.

O quadro de freqüência a cursinhos pré-vestibulares acompanhou, de certa forma, o quadro de origem escolar, no tocante aos cursos de ciências biológicas de Araçatuba e Marília. A freqüência aos cursinhos foi diretamente proporcional ao estudo em escolas particulares no 2º grau. Tal constatação indica que os alunos de cursinho originaram-se, principalmente, da iniciativa privada, deixando inconclusa a questão do principal responsável pelo êxito de tais estudantes, a escola particular ou o cursinho. Na área de ciências biológicas o "efeito cursinho" foi mais patente no curso de Odontologia, onde os inscritos com cursinho aumentaram de 60% para 74% entre a inscrição e a matrícula. No curso de Fonoaudiologia, o "efeito cursinho" foi nulo, visto que os matriculados com cursinho corresponderam a 51% do total, enquanto eram 52% do total de inscritos. A freqüência a cursinhos acompanhou o índice de candidatos/vaga, quanto maior o índice maior a freqüência a cursinhos¹². A freqüência a cursinhos não foi característica marcante dos inscritos e matriculados nos cursos de humanidades da Unesp de Marília. Não obstante os baixos índices de freqüência observados entre os inscritos na área de humanidades, o "fator cursinho" fez-se presente em três dos quatro cursos de Marília, sempre com um aumento de 6% entre a inscrição e a matrícula (em Biblioteconomia de 27% para 33%, em Filosofia de 33% para 40% e em Pedagogia de 14% para 20%). A porcentagem de freqüência a cursinhos só se manteve a mesma, entre a inscrição e a matrícula, para o curso de Ciências Sociais (32%). Tais dados revelam que, mesmo para os cursos de humanidades, a freqüência a cursinhos contribui para um bom resultado¹³.

No aspecto renda familiar, os cursos de ciências biológicas, tanto de Araçatuba como de Marília, se assemelham. Foi insignificante a presença de matriculados com renda familiar abaixo de 2 salários

¹² Para os cursos pesquisados foram as seguintes as relações candidatos/vaga: Odontologia - 27,7%; Medicina Veterinária - 19,7%; Fonoaudiologia - 14,4%; Biblioteconomia - 2,8%; Ciências Sociais - 2,9%; Filosofia - 2,7% e Pedagogia - 3,7%.

¹³ Tal resultado contraria, pelo menos no caso da Unesp, a tese de Cláudio de Moura Castro de que os cursinhos não poderiam cooperar na aprovação de ex-alunos de colégios públicos: "Não parece ser possível, por via de adestramento de última hora, compensar uma formação deficiente" (Castro, 1981: 4).

mínimos (3% do total de matriculados em Medicina Veterinária, 1% de Odontologia e 0% de Fonoaudiologia), com a ressalva de que a demanda também foi pequena (apenas 4% do total dos inscritos para Medicina Veterinária, 2% para Odontologia e 5% para Fonoaudiologia). A maior porcentagem de matriculados para os curso de Araçatuba pertenceu à faixa com renda entre 10 e 15 salários (23% em Medicina Veterinária, 25% em Odontologia). Considerável, também, foi a porcentagem de matriculados com renda entre 5 e 10 salários mínimos, principalmente para o curso de Fonoaudiologia, com 40% do total de matriculados. Os cursos de Araçatuba tiveram uma expressiva porcentagem de matriculados com renda superior a 20 salários mínimos, o que poderia enquadrar os dois cursos, Medicina Veterinária e Odontologia, na categoria de "elitizados" (33% e 25% do total de matriculados respectivamente). Na transição da inscrição para a matrícula, houve equilíbrio, confirmando-se a demanda inicial. Alterações significativas somente ocorreram em Medicina Veterinária, onde os inscritos com renda entre 10 e 20 salários mínimos tiveram um rendimento muito superior (de 33% para 40%) ao dos inscritos com renda entre 5 e 10 salários mínimos (queda de 28% para 13% do total). Outra alteração importante ocorreu em Fonoaudiologia, com a concentração das matrículas na faixa de renda familiar entre 5 e 20 salários mínimos, com 80% do total de matrículas contra 63% do total de inscrições.

Os matriculados nos cursos de humanidades de Marília concentram-se na faixa de renda entre 2 e 10 salários mínimos, o que confere a tais cursos um caráter mais "popular". Em Biblioteconomia 80% dos matriculados localizavam-se na faixa citada, com o predomínio de matriculados com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos (47%), o mesmo ocorreu em Pedagogia e Ciências Sociais (com 44% e 43% respectivamente, na faixa entre 2 e 5 salários mínimos). Em Filosofia 63% dos matriculados tinham renda familiar entre 2 e 10 salários, contudo havia um equilíbrio entre o grupo com renda entre 2 e 5 salários e 5 e 10 salários mínimos (33% e 30%, respectivamente). Na faixa dos matriculados com renda superior a 20 salários mínimos as porcentagens foram muito pequenas, com exceção de Filosofia, com 13% do total dos matriculados. Nos demais cursos, inclusive Filosofia, nenhum matriculado tinha renda familiar superior

a 30 salários mínimos. Tais dados reforçam o caráter menos elitizante atribuído aos cursos de humanidades. Na transição da inscrição à matrícula, as alterações mais significativas ocorreram no curso de Biblioteconomia, onde houve um aumento considerável da porcentagem com renda entre 2 e 5 salários (de 31% para 47%) e uma queda dos matriculados com renda de 10 a 20 e 20 a 30 salários (de 19% para 10% e 11% para 3%, respectivamente). No curso de Filosofia houve uma equalização das porcentagens, com uma diminuição das diferenças entre as faixas de renda. Segundo os dados levantados, o curso de Filosofia foi o mais equilibrado e representativo, em se tratando de renda familiar. As pequenas alterações ocorridas na transição da inscrição para a matrícula indicam a pouca influência do concurso vestibular na mudança de perfil dos matriculados, isto é, na seleção dos inscritos com melhores condições financeiras. Nos cursos em que o perfil médio dos matriculados indica uma maior renda familiar, observa-se que o mesmo perfil médio já se apresentava na demanda inicial (quadro de inscritos).

A proporção entre o número de jovens oriundos de famílias de baixa renda, que têm condições escolares (que tenham concluído o 2º grau) de se inscreverem em concursos vestibulares, e o número total de jovens brasileiros de famílias de baixa renda, é muito pequeno, pouco significativo. O próprio acesso à condição de prestar o concurso vestibular já é difícil para os jovens das camadas populares. Outros fatores de seleção, independente do concurso vestibular, são as características e exigências de alguns cursos: jovens que trabalham e sustentam ou contribuem para o sustento da família não têm condições efetivas de cumprirem com as exigências de cursos diurnos, que muitas vezes ocupam o período da manhã e da tarde (como os casos de Medicina Veterinária, Odontologia e Fonoaudiologia). Tal quadro contribui para a compreensão e avaliação da verdadeira responsabilidade do concurso vestibular no decantado processo de elitização da Universidade Pública.

Os dados coletados possibilitaram a montagem do perfil sócio-econômico predominante em cada um dos campus e cursos estudados. O perfil predominante nos ingressantes para o curso de Odontologia/93 em Araçatuba foi de um aluno do sexo feminino, bem jovem (entre 17 e 18 anos), recém saído do 2º grau cursado em

escola particular, tendo também freqüentado um cursinho pré-vestibular. Procedia de uma família cuja renda mensal oscilava entre 10 e 30 salários mínimos. O perfil predominante dos ingressantes em Medicina Veterinária/93 de Araçatuba foi também de um aluno do sexo feminino¹⁴. Era bastante jovem, como o matriculado em Odontologia, tendo cursado o 2º grau em escola particular e freqüentado cursinho. Quanto à renda familiar o aluno de Medicina Veterinária tinha um perfil muito semelhante ao de Odontologia, podemos considerá-los como predominantemente compostos por alunos de classe média e média alta.

Houve uma pequena alteração no perfil sócio-econômico dos alunos do campus de Marília com o início do curso de Fonoaudiologia¹⁵. Em Marília o perfil sócio-econômico variou um pouco mais que em Araçatuba de curso para curso. O curso de Fonoaudiologia foi totalmente feminino e sua aluna padrão, em se tratando das ingressantes em 1993, era tão jovem quanto os ingressantes de Araçatuba. Cursou o 2º grau em colégio particular (sem a supremacia observada em Araçatuba) e não teve uma definição quanto a freqüência a cursinhos¹⁶. O ingressante em Fonoaudiologia/93 veio de famílias com renda média entre 5 e 20 salários mínimos, o que o coloca um pouco abaixo do padrão de renda dos ingressantes de Araçatuba mas acima da média dos ingressantes dos demais cursos de Marília. Os dados indicam que o ingressante em Biblioteconomia/93 era do sexo feminino, relativamente jovem (mas não tão jovem quanto os ingressantes em Odontologia, Medicina Veterinária e Fonoaudiologia), tendo cursado o 2º grau em colégios públicos e passado pelo vestibular sem o auxílio de cursinhos. A sua renda familiar, entre 2 e 10 salários mínimos, era um pouco inferior à renda predominante entre os ingressantes em Fonoaudiologia. Já os ingressantes em Filosofia/93 possuíam o perfil mais difícil de ser definido. Era do sexo masculino, o mais velho dentre os ingressantes dos cursos pesquisados, fez o 2º grau em escola pública e não

¹⁴ A maioria feminina, contudo, não é tão significativa quanto em Odontologia. Em Medicina Veterinária 57% dos ingressantes eram mulheres e 43% eram homens.

¹⁵ Confirmando o perfil socioeconômico identificado por Yolanda de Castro Souza e Cecília Yuko no tocante aos matriculados no cursos de ciências humanas em 1986 e 1987 e acrescentando (daí a alteração) o perfil divergente dos matriculados em Fonoaudiologia.

¹⁶ Houve um "empate técnico" quanto a freqüência a cursinhos: 49% não e 51% sim.

frequentou cursinho¹⁷. Em termos de renda familiar a definição é ainda mais difícil visto que, embora ocorra o predomínio de ingressantes com renda entre 2 e 5 salários mínimos, encontramos consideráveis porcentagens nas demais faixas de renda. O ingressante no curso de Pedagogia em 1993 era do sexo feminino, jovem¹⁸, tendo cursado o 2º grau em colégios públicos e prestado o concurso vestibular sem o auxílio de cursinhos. A renda familiar predominante encontra-se na faixa entre 2 e 5 salários mínimos, a exemplo dos ingressantes em Ciências Sociais, que também apresentaram um perfil semelhante com relação à idade, escolaridade progressa, frequência a cursinhos e renda familiar. No tocante ao sexo, embora com uma maioria de mulheres, houve uma considerável parcela de homens ingressando em 1993.

No tocante aos inscritos e matriculados pela VUNESP/93 para os cursos dos campus de Marília e Araçatuba, notamos duas grandes distinções. A primeira, de campus para campus, cabendo a Araçatuba um contorno mais elitizado e à Marília um contorno mais popular. A segunda distinção foi de área para área, visto que, não obstante o curso de Fonoaudiologia estar funcionando em Marília, apresentou ingressantes com o perfil mais próximo dos ingressantes nos cursos de Araçatuba (todos da área biológica) do que dos ingressantes nos demais cursos de Marília (todos da área de humanidades).

Identificamos aspectos importantes relacionados à Unesp e ao perfil sócio-econômico de seus ingressantes. O fato de oferecer diversos cursos noturnos, em várias localidades do Interior, abre o acesso a candidatos até então distanciados da possibilidade de continuarem seus estudos em uma instituição pública de ensino superior. Neste sentido, são bem vindas as tentativas de implantação de novos cursos de ciências biológicas e exatas no período noturno. O problema da elitização merece ser redefinido, pois dentro da "elite" encontram-se jovens com diferentes perfis sócio-econômicos, desde representantes da "pauperizada" classe média brasileira (com uma renda mensal entre 10 e 15 salários mínimos) até aqueles considerados "ricos" (cuja renda familiar ultrapassa os 30 salários mínimos). Este

¹⁷ Muito embora uma significativa parcela dos ingressantes tenha cursado colégios particulares e tenha frequentado cursinho.

¹⁸ Com as exceções das alunas com mais idade, provavelmente professoras ou ex-professoras do ensino pré-escolar ou de 1ª a 4ª série.

conceito excessivamente amplo de elite, associado ao alto índice de alunos de baixa renda matriculados em diversos cursos da Unesp, servem como fortes elementos de contestação tanto da pretensa seletividade social promovida pelo seu concurso vestibular (VUNESP) quanto do mito de que toda universidade pública é um reduto de jovens de famílias com alto poder aquisitivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARENGA, Beatriz. *Seminários Vestibular Hoje*. MEC - 1987.
- ALVES, Rubem *Estórias de quem gosta de ensinar: o fim dos vestibulares*. São Paulo: Ars Poetica, 1995.
- BINDI, Carlos Eduardo. *Mudar a entrada na faculdade? - Tendências do Vestibular*. n.48, 1995.
- BRANDÃO, Zaia. *O processo de seletividade social e o vestibular - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- CASTRO, C. M. & RIBEIRO, S. C. *Desigualdade Social e acesso à Universidade - Forum Educacional*, v.3, n.4. Rio de Janeiro, 1979.
- CASTRO, C. M. *Sua Excelência, o vestibular - Educação e Seleção*, n.3. São Paulo, 1981.
- CASTRO E SOUZA, Y. & WADA, C. Yuko. *Um estudo da carreira escolar pregressa e da origem geográfica e sócio-econômica dos estudantes que ingressaram nos cursos da UNESP - Campus de Marília - Didática*, v.28. São Paulo, 1992.
- CORTELLA, Mário Sérgio. *Relação entre o vestibular e o sistema educacional - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- DAMASCENO, Maria Nobre. *O processo de seletividade social e o vestibular - Educação e Seleção*, n.14. São Paulo, 1986.
- FALCON, Maria Célia a. S. *O vestibular: uma questão política - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1ª ed. 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Editorial*. São Paulo, 07/05/96.

- FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. *O acesso ao ensino superior: e cinco teses da moralidade - Cadernos CRUB*. Brasília, 1995.
- FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta. *O acesso à universidade: uma questão política e um problema metodológico - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1984.
- , *Política de financiamento da educação: sociedade desigual, distribuição igual dos recursos. Caderno CEDES*. São Paulo: Cortez, 1981.
- GOLDEMBERG, J. *Os padrões são elevados e as provas são boas - Tendências do Vestibular*, n.48, 1995.
- , *Vestibulares - O Estado de São Paulo*, 21/11/1995.
- HAMBURGER, Ernesto Wolfgang. *Seletividade social e o vestibular - Seminários vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- HIRANO, S. et alii *A universidade e a identidade da condição estudantil: um estudo sobre a situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP*. São Paulo: USP, 1988. (relatório preliminar).
- KELLY, Celso. *Política da Educação*. Rio de Janeiro: Reper, 1968.
- NORMANDO, R. A. *Vestibular : modelo alternativo ou alternativas de procedimento? Educação e Seleção*, n.14. São Paulo, 1986.
- PINSKY, Jaime *Em defesa da universidade - O Estado de São Paulo*. 2/4/96.
- PRADO, Fernando Dagnoni *Acesso e evasão de estudantes na graduação: a situação do curso de física da USP*. USP, 1990. (Tese de Doutorado).
- RIBEIRO, Sérgio Costa. *A visão de professores e alunos das IES hoje Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- RIBEIRO NETO, Adolpho. *O vestibular ao longo do tempo - implicações e implicâncias - Seminários Vestibular hoje*. Brasília: MEC, 1987.
- ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1993.
- ROSSETI, Fernando *Emenda propõe fim da universidade grátis - Folha de São Paulo*. 16/6/96.

- SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: NUPES, 1991.
- SAVIANI, Dermeval. *Política e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.
- SINGER, Paul. *Escola e Capital - Folha de São Paulo*. São Paulo, 10/11/1980.
- VIANNA, H. M. *Acesso à universidade: um estudo de validade. Educação e Seleção*. n.15, São Paulo, 1987.
- VUNESP. *Relatórios do Vestibular 1993 e 1994*. São Paulo: Fundação Para o Vestibular da Unesp (VUNESP), 1994.
- , *Respostas aos questionários sócio-econômicos dos inscritos e dos matriculados nos cursos de Marília e Araçatuba*, 1993.
- WEREBE, Maria J. G. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.
- WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. *Unesp: diferentes perfis de candidatos para diferentes cursos*. São Paulo: VUNESP, 1989.